

GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS Y MOVIMIENTOS SOCIALES

FREDERICO DUARTE IRIAS

Universidade Federal Fluminense
fredirias@yahoo.com.br

RESUMO. O presente trabalho tem por objetivo elucidar a antigeopolítica no contexto de transformação epistemológica da geografia política desenvolvida no século XXI. Trata-se, portanto, de uma interpretação da geografia política lida a partir da possibilidade de articulação dos movimentos sociais e de seus respectivos problemas interpretativos diante da conjuntura recente de processos hegemônicos de integração transnacionais, a exemplo da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e da União das Nações Sul-Americanas (UNSAUL). Nossa interpretação geopolítica se encaminha, todavia, para uma leitura pós-estruturalista das relações de poder que não estejam restritas as esferas institucionais do Estado, ou seja, uma leitura que abarque as múltiplas geografias do poder, onde se busca a articulação de diferentes escalas e relações existentes nos territórios, sem que se faça a reificação destas mesmas escalas. Em síntese, o que buscamos é o desenvolvimento de um projeto metodológico dedicado ao trabalho de base e que alcance os projetos e anseios dos movimentos sociais nas suas demandas mais urgentes e respaldadas pelos Estados.

PALAVRAS-CHAVE. GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA, GEOPOLÍTICA LATINO-AMERICANA, GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS, ANTIGEOPOLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS.

RESUMEN. El presente trabajo tiene como objetivo elucidar la antigeopolítica en el contexto de la transformación epistemológica de la geografía política desarrollada en el siglo XXI. Se trata, por lo tanto, de una interpretación de la geografía política leída a partir de la posibilidad de una articulación de los movimientos sociales y de sus respectivos problemas de interpretación ante la coyuntura reciente de los procesos hegemónicos de integraciones transnacionales, como ejemplos, la iniciativa para la integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA) y de la Unión de las Naciones Sudamericanas (UNSAUL). Nuestra interpretación geopolítica encaminase, por lo tanto, para una lectura posestructuralista de las relaciones de poder que no sean restrictas a las esferas institucionales del Estado, o sea, una lectura donde se abarque las múltiples geografías del poder, donde buscase la articulación de distintas escalas y relaciones existentes en los territorios, sin que se haga el apocamiento de estas mismas escalas. En síntesis, lo que buscamos es el desarrollo de un proyecto metodológico destinado al trabajo de base y que alcance los proyectos y anhelos de los movimientos sociales en sus demandas más urgentes y respaldados por los Estados.

PALABRAS-CLAVES. GEOPOLÍTICA SUDAMERICANA, GEOPOLÍTICA LATINOAMERICANA, GEOPOLÍTICAS CRÍTICAS, ANTIGEOPOLÍTICA, MOVIMIENTOS SOCIALES.

APRESENTAÇÃO

Aproveitamos a oportunidade do “1º Congresso de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do território: racionalidades e práticas em múltiplas escalas” para realizar uma interlocução junto ao eixo 1 do referido evento, intitulado “Geografia Política e Geopolítica Clássica e Contemporânea dos séculos XX e XXI”.

Nosso trabalho intitulado “Geopolíticas Críticas e Movimentos Sociais” perpassa a complexa discussão epistemológica, teórica e prática no que tange ao papel renovado dos movimentos sociais diante da conjuntura específica de integração transnacional orquestrada pelas forças

hegemônicas (Estados; Instituições Financeiras Multilaterais; Capital Privado e Organizações Não governamentais) que está em curso na América Latina e, mais precisamente, na América do Sul.

Nosso interesse pela geografia política e pela geopolítica e, no caso deste trabalho, pela(s) *geopolítica(s) crítica(s)*, advêm do conflito de interesses, por um lado, do(s) projeto(s) hegemônico(s) em curso na América do Sul e na América Latina; e por outro, das demandas dos sujeitos, agentes e atores da sociedade civil que são ativados ou desativados nos seus territórios de origem.

Gostaríamos também de deixar claro que a base empírica que respalda o presente trabalho é fruto de nossa tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Apesar de não aparecer no corpo do texto, esta base empírica nos permitiu uma espécie de revisão dos principais momentos da geopolítica praticada pelo Estado brasileiro. Partimos, portanto, da situação brasileira, apesar de não nos retermos somente a ela.

Seria leviano, porém, falar de um *novo* papel dos movimentos sociais sem antes compreendermos a reestruturação da relação Estado/território que vem se desenhando desde 1970 e com mais afinco a partir da década de 90 do século XX em solo brasileiro. Será necessário, portanto, a título introdutório, uma breve discussão acerca do papel renovado do Estado no conjunto das principais medidas que levaram diversos setores hegemônicos e estratégicos do Brasil ao encontro da integração transnacional.

Buscaremos enaltecer o potencial antigeopolítico ligado aos discursos e práticas contraespaciais, as possibilidades de negociação com o poder hegemônico instituído e a respectiva correlação de forças resultante do conflito de interesses entre governos e movimentos sociais. Neste sentido, nosso trabalho atravessará o leque de opções teóricas e epistemológicas desencadeadas pela geografia do poder estadocêntrica portadora dos interesses hegemônicos, das elites nacionais e do capital transnacional por um lado; e por outro, os posicionamentos antiestatais centrados na produção de espaços autônomos que visam o deslocamento permanente dos lugares instituídos.

INTRODUÇÃO

Quando são evocadas pela retórica do senso comum expressões como desenvolvimento, planejamento e ordenamento dos territórios, quase sempre passa despercebida a importância que tem a produção do espaço na geografia. Este tipo de retórica concretizada pelo discurso corrente acaba por suprimir a dimensão política derivada da produção do espaço no domínio do saber geográfico. Destarte, o que une as expressões evocadas acima é o papel do Estado.

São vários os campos da ciência que usam, por vezes, adjetivos diferentes para denotar a força do poder instituído e/ou formalizado do Estado e pelas respectivas instituições do *establishment*. Também existem muitos estudos sobre geografia política e geopolítica clássicas, principalmente aqueles de corte, digamos assim, mais estruturalistas, e que denotam certa naturalidade do Estado como ator mais importante nas tarefas do desenvolvimento, do planejamento e do ordenamento dos territórios.

Para evitar qualquer tipo de confusão, é importante ressaltar que não duvidamos em nenhum momento da importância do Estado inserido nas geografias do poder do mundo, dito, globalizado. Nosso intuito é o de tentar compreender o novo papel do Estado e das relações políticas que emergem num dado período, e que reconfiguram também as relações com os lugares e com seus respectivos

territórios. As palavras de Vainer (2002, p. 15) explicam muito do que pensamos, vejamos;

Na verdade, nos diferentes campos teóricos, políticos e ideológicos, poucos são os que questionam a existência de um processo, dito de globalização ou mundialização, que vem reconfigurando, desde os anos 1970 e, mais aceleradamente desde 1980, as relações entre Estado, economia e sociedade, de um lado, e entre Estados nacionais e corporações transnacionais, de outro. (VAINER, 2002, p. 15)

E prossegue com sua crítica, afirmando que:

Há, porém, importantes divergências sobre a natureza e sentido deste processo: enquanto para alguns o que se assiste é a progressiva unificação do espaço global, simultaneamente causa e consequência da dissolução dos estados nacionais; para outros a globalização não é uma homogeneização, mas, ao contrário, é a extensão de um pequeno grupo de nações dominantes sobre o conjunto das praças financeiras nacionais. (VAINER, 2002, p. 15)

Desfeita esta possibilidade de confusão no que se refere ao papel do Estado no conjunto das relações sociais, cabe colocar ainda, que o nosso trabalho pode ser considerado um exercício de reflexão no sentido de tentar combinar as múltiplas escalas, ao invés de opô-las, sem perder de vista, evidentemente, a necessidade de atuação renovada dos movimentos sociais. É importante destacar, contudo, que não é nova a importância dentro das relações internacionais, na geografia política e na geopolítica, o paradigma do *realismo político*, cujo teor amplificado de seus discursos ressoa, ainda hoje, na produção do conhecimento e nas imaginações geopolíticas.

Ao falar de Ratzel, autor que influenciou as análises clássicas e a produção do conhecimento nos campos mencionados no parágrafo anterior, BECKER (1988, p.103) nos alerta para o fato de que:

A concepção organicista de Ratzel não se restringe a comparar o Estado a um ser vivo. Ela reside na naturalização do Estado, entendido como única realidade representativa do político, única fonte do poder. Todas as categorias de análise procedem de um só conceito; Estado e nação se confundem em um só ator, o Estado indiviso, como algo natural, preestabelecido, não se concebendo conflitos a não ser entre Estados. (BECKER, 1988, p. 103)

Ainda segundo a relação entre espaço e poder, a autora destaca que:

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento, sem fetichização, da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder. (BECKER, 1988, p. 100)

Concluída então as duas ressalvas acima, quais sejam - a primeira de que concordamos com a importância do Estado, apesar de atenuá-la em detrimento de outras geografias do poder; e a segunda de que o poder emana, também, do espaço, sendo este último, por isso mesmo, fonte de poder aberta e inesgotável - poderíamos partir, então, para definição de nossos objetivos, o principal e os secundários, e para a divisão precisa de nossa argumentação. Façamos desde já.

O presente artigo se divide em duas partes, a primeira dedicada ao papel que tem o entendimento das escalas do poder e as múltiplas dimensões do território, razão pela qual entendemos que se deva problematizar a integração transnacional; a segunda dedicada às geografias do poder e o seu potencial antigeopolítico, enaltecido pelas práticas contraespaciais, pautadas na dimensão espacial, territorial e geopolítica dos movimentos sociais.

Nosso objetivo principal é o de trazer para o debate o potencial renovado das *imaginações geográficas* como ferramenta importante no alargamento das fronteiras epistemológicas da geografia política contemporânea. A questão central de nosso trabalho se dedica ao potencial geopolítico trazido pelas geografias do poder dos movimentos sociais. Nossa problemática deriva, portanto, do entendimento do poder não apenas como fonte única do Estado, mas, sobretudo, do território e do espaço.

Acreditamos, portanto, nas palavras de Raul Zibechi, citado por Preciado *et al.*, (2012, p. 81), quando este nos adverte para o fato de que “os territórios vinculam-se a sujeitos que os instituem, os marcam, os assinalam sobre a base das relações sociais que produzem”. (ZIBECHI, 2008, p. 40)

ESCALAS DO PODER E MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TERRITÓRIO: OS MOTIVOS PELOS QUAIS DEVEMOS PROBLEMATIZAR A INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL?

A problematização da *integração transnacional* não está somente circunscrita ao conhecimento das práticas espaciais dos *agentes* e de seus respectivos processos hegemônicos¹. Na verdade o que nos interessa são as possíveis (re)ações dos *sujeitos* desativados a partir destes projetos instituídos no espaço; pois se há *seletividade* por parte dos processos hegemônicos, há também *marginalização* das populações que são atingidas diretamente pelos projetos do poder instituído.

A questão surgiu a partir de uma viagem realizada em meados de 2008 ao estado de Rondônia, justamente no período em que estavam sendo realizadas as audiências públicas ligadas à construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, objeto empírico de nossa tese de doutoramento. Foi aí que tomamos conhecimento da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA)²

¹ É sempre importante destacar e periodizar a diferença e a complexidade dos processos de Integração regionais / transnacionais hegemônicos. Logo, convém separar o que se configura como integração latino-americana e integração sul-americana – que é o que nos interessa nesse artigo. No que se refere à *Integração latino-americana* temos os seguintes processos: OEA (1948) – Organização dos Estados Americanos; ALALC (1960) – Associação Latino-Americana de Livre Comércio; ALADI (1980) – Associação Latino-Americana de Integração e CELAC (2010) – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. No que se refere à *Integração sul-americana* temos os seguintes processos: Pacto Andino (1969) [mais adiante, se transformou na CAN (1996) – Comunidade Andina de Nações]; MERCOSUL (1991) – Mercado Comum do Sul; Comunidade Sul-Americana de Nações (2004) e por fim, a UNASUL (2007) – União das Nações Sul-Americanas. Outros processos mais específicos e não menos importantes também se imbricam com os elencados acima. São exemplos marcantes e atuais a OTCA (1998) – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a IIRSA (2000) – Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e o Plano Puebla-Panamá ou Projeto mesoamérica (2001) – Integração da Infraestrutura Regional da América Central, que chama a atenção pelo período de implantação, coordenação e concepção – que data do mesmo período da IIRSA e tem concepção muito parecida.

² A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) surgiu da Reunião de Presidentes Sul-Americanos realizada em agosto de 2000, em Brasília, onde os líderes da região concordaram em realizar ações conjuntas para impulsionar o processo de integração física baseado na expansão da infraestrutura regional, com ações para estimular a integração e desenvolvimento das chamadas “sub-regiões isoladas”. Basicamente, a IIRSA prioriza a integração através de projetos de transportes, energia e comunicação. Seus projetos prioritários estão organizados por “eixos”, principalmente para preencher os grandes “vazios” do continente (Amazônia, Pantanal, Chaco, Cordilheira dos Andes) com atividades econômicas de grande porte. A orientação básica é facilitar a exportação de produtos primários para portos do Atlântico, Pacífico e Caribe. A primeira “agenda consensuada” inclui 31 projetos, com orçamento total de US\$ 7 bilhões. No entanto, a carteira maior da IIRSA é de 350 projetos, que custariam US\$ 38 bilhões, incluindo o Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro pelo Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) dão apoio técnico e financeiro à IIRSA.

e do Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira³; foi assim que chegamos ao tema da integração transnacional, para depois problematizá-lo.

A inexistência e mesmo as complexidades oriundas dos projetos de integração transnacional em curso na América do Sul decorreu da tomada de conhecimento do processo de licenciamento das hidrelétricas do rio Madeira, que neste caso específico, foi muito conturbado e questionado pela sociedade civil organizada⁴. Naquela ocasião visitamos dois municípios de Rondônia atingidos diretamente pela construção dos empreendimentos, Jaci-Paraná e Mutum-Paraná; além de participarmos de um seminário do Movimento de Atingidos por Barragens, onde estavam reunidos os grupos que protestavam contra a construção dos empreendimentos.

Desde então lutamos pelo reconhecimento, visibilidade, maior autonomia e possibilidades de emancipação de toda articulação da diversidade existente naquele território específico e também noutros territórios – no Brasil e em outros países – que estariam sofrendo os mesmos processos políticos, como fruto dos projetos de integração transnacionais. Era preciso, então, entender melhor este leque amplo de articulações, conhecendo, mais de perto, processos hegemônicos e contra-hegemônicos.

É daí que emerge também a necessidade de olharmos para o território na sua multiplicidade de dimensões, a física, a jurídica, a econômica, a política e, sobretudo, a cultural e/ou identitária. Mas pensar o território em suas múltiplas dimensões nos enseja o olhar a partir de escalas diferenciadas, significa colocar em evidência o próprio papel da escala no processo de conhecimento/ação. É precisamente daí que fomos levados as análises sobre as novas geografias do poder e, é claro, as geopolíticas críticas e antigeopolítica, problematizando, portanto a integração transnacional.

GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTOS E AS NOVAS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DOS TERRITÓRIOS: CONFLITOS ENTRE AS LÓGICAS DO CAPITAL E TERRITORIAL

O conjunto dos desdobramentos territoriais derivados dos Grandes Projetos de Investimentos (GPI)⁵ nos fornece a pista para as modificações importantes no processo de integração regional, cujo novo mantra passa a ser o do *regionalismo aberto*, voltado não mais somente a perspectiva de

³ O Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira é um mega projeto que compreende a construção de quatro usinas hidrelétricas, um gasoduto, uma ferrovia e uma malha hidroviária de 4.200 km com eclusas para tornar toda bacia hidrográfica do Rio Madeira a montante de Porto Velho navegável. Esse projeto tem o maior investimento financeiro desembolsado pela IIRSA e pelas instituições financeiras que lhe dão suporte, inclusive o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sua construção está ligada à estratégia de integração de infra-estruturas de energia e transportes no Brasil e entre Brasil, Bolívia e Peru, com possíveis desdobramentos em direção ao Pacífico. O Complexo do Rio Madeira é um dos projetos que compõem o eixo Brasil-Bolívia-Peru, da IIRSA. O objetivo almejado pelo “Complexo Madeira” é o de tornar o Rio navegável, desde sua foz junto ao Rio Amazonas, até sua cabeceira, dividida pelos seus dois principais afluentes que são o Rio Madre de Dios (no Peru) e o Rio Beni (na Bolívia).

⁴ O Grupo de Pesquisa e Energia Sustentável da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a ONG ambientalista Kanindé, a Rede Grupo de Trabalho Amazônico (GTA); a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR); a ONG Rio Terra; o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-Rondônia); o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST-Rondônia); o Movimento dos Pequenos Agricultores de Rondônia (MPA- Rondônia); a Associação de Preservação do Meio Ambiente e dos Rios da Amazônia (APREMARA); o Grupo de Trabalho Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS); a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; o Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FOBOMADE); entre outros.

⁵ Para o entendimento dos Grandes Projetos de Investimento (GPIs), ver o trabalho de Edna Castro, Edila Moura e Maria Lucia Maia, intitulado “Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e Reorganização do Espaço”, publicado em 1995 pela editora da UFPA; e o trabalho de Carlos Vainer e Frederico Guilherme Bandeira de Araujo, intitulado “Grandes Projetos Hidrelétricos e desenvolvimento regional”, publicado em 1992 pelo CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Sobre este último trabalho, destacamos o entendimento do desmonte da antiga estruturação territorial brasileira sob a égide das regiões de planejamento em detrimento dos grandes projetos de investimentos setoriais (GPIs) e que vislumbram atualmente uma reorganização territorial - geradora de economias de enclaves - revertendo assim para o centro polarizador de poder todos os frutos deste novo modelo de desenvolvimento regional. Este novo modelo romperia ainda sim com as tentativas mínimas de conter os desequilíbrios regionais, submetendo as demais regiões do Brasil a lógicas e estruturas que lhe são estranhas.

integração nacional, mas, agora, visando a perspectiva da integração transnacional.

O Complexo Hidrelétrico e Hidroviário do Rio Madeira pode nos servir como bom exemplo, pois é concebido com propósitos diferenciados, quais sejam, o infra-estrutural, operando projetos integrados nas áreas de energia e transportes, e seu propósito geopolítico, já que visa a interligação e extensão do uso das bacias hidrográficas da Amazônia ocidental para o escoamento das *commodities* em direção aos portos do Pacífico, com olhos voltados para os mercados asiáticos.

Dois importantes fatores estão diretamente ligados a emergência dos GPI; o *primeiro* é a perda de centralidade por parte do Estado para propor e conduzir políticas econômicas e sociais, para controlar fluxos de bens e pessoas e para planejar a economia e, conseqüentemente, a totalidade do território nacional; o *segundo* é a coerção feita, não necessariamente pelos países centrais, mas pelas agências multilaterais (que penetram no Brasil, sobretudo, a partir de 1970) no sentido de forçar os países economicamente deficitários a desempenharem políticas de ajustes estruturais que favoreçam as grandes empresas, ou se preferirmos, ajustes a favor das forças expansivas do mercado em detrimento do aparato regulatório dos Estados.

Talvez seja por isso mesmo que a lógica territorial fica cada vez mais em evidência a partir de 1970 e passa a ser importante no Brasil a partir de 1980/1990; momento em que se realiza um intenso trabalho teórico-metodológico buscando-se a compreensão das desigualdades presentes no território. É a partir deste momento que se disseminam os estudos que tentam imprimir movimento na análise espacial com a utilização de abordagens centradas nas redes de circulação e comunicação. É neste sentido que Becker (1988, p. 102) nos informa que;

A questão territorial, por esta razão, é hoje, igualmente chave, porque abre a perspectiva da multidimensionalidade do poder referente à prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis, escapando da concepção totalitária de um poder unidimensional seja do Estado, do capital ou da máquina de guerra. Por esta razão, abre também espaço para a imprevisibilidade derivada de particularidades do corpo social que correspondem a processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, por vezes contraditórias com os processos dominantes na escala nacional e mundial, mas que neles atuam. Simultaneamente à transnacionalização, os Estados, com suas especificidades, continuam a ser atores políticos e econômicos e o Estado-nação uma unidade válida de análise, atestando uma dimensão territorial de contradições na dinâmica mundial; por sua vez, vias regionais de formação de crise se intensificam e se estendem à frente de conflitos dos movimentos reivindicatórios organizados em base local. As práticas espaciais revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos. (BECKER, 1988, p. 102)

Ainda neste prisma colocado acima poderíamos explicitar um fato de fundamental importância ligado ao surgimento e a respectiva consolidação dos GPI; a *crescente internacionalização do Estado nacional*. A consequência direta é, obviamente, o esquecimento sistemático do projeto de desenvolvimento do Estado Nação, ou pelo menos de um projeto de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Confundem-se, portanto, a partir deste momento, as políticas ligadas às estratégias setoriais das empresas com o projeto efetivo do Estado-Nação brasileiro (se é que isto existiu em algum momento na história do país). Com metas pré-estabelecidas e a fixação num projeto estrategicamente

orquestrado de expansão da economia nacional para além das fronteiras políticas do Estado brasileiro, os sucessivos governos do país, a partir dos anos de 1990, insistem em fortalecer os organismos e os agentes internos mais importantes e que dizem respeito à concretização deste processo. Ao falar sobre a IIRSA e versar sobre os grandes projetos que lhes são intrínsecos, Ceceña (2009, p. 209) nos adverte para o fato de que:

Os canais interoceânicos não buscam a rota mais curta entre os oceanos, mas sim a mais vasta, a mais rica. Os 80 km do canal do Panamá são agora substituídos por 20 mil km da rota amazônica. Esta diferença de critérios coloca em evidência que a integração tem outros propósitos do que aqueles buscados no passado, de acordo com o aumento de capacidades e envergadura da apropriação capitalista. As rotas da IIRSA asseguram, não só a extração de recursos de cada uma de suas partes, mas também que esta extração seja realizada de maneira articulada. Os interesses nacionais ou locais são vinculados com interesses transnacionais e, inclusive, estratégicos. As rotas da IIRSA passam pelas fontes de água, minerais, gás e petróleo; pelos corredores industriais do subcontinente; pelas áreas de diversidade genética mais importantes do mundo; pelos refúgios indígenas e por tudo aquilo que é valioso e apropriável na América do Sul. A ampliação dos caudais dos rios para dedicá-los ao trânsito intenso está pondo em risco os pantanais e degradando as condições de vida de espécies animais e vegetais, ao mesmo tempo em que violenta os modos de vida das comunidades dos arredores ou vinculadas; a prospecção e exploração massiva de minerais castiga a floresta com um tráfego pesado constante que vai tomando rapidamente a região amazônica e ameaça as geleiras; as modalidades locais de organização de vida se deparam com uma dinâmica vertiginosa que não lhes diz respeito e que as alteram externa e irreversivelmente. (CECEÑA, 2009, p. 209)

Estes desdobramentos ou processos político-econômico-territoriais estão, obviamente, interconectados e, conjuntamente, contribuem para a integração de mercados em detrimento da integração de processos democráticos no continente; em outras palavras, os processos hegemônicos, exemplificados pela matriz dos GPI, se organizam para buscar o controle do espaço a partir da implementação das redes técnicas, estrategicamente concebidas para explorar os recursos naturais e incluir os ativos da biodiversidade, aí incluso também o conhecimento de comunidades tradicionais, no mercado mundial.

Cabe ressaltar ainda o importante papel das Instituições Financeiras Multilaterais (IFM) associadas ao regionalismo aberto e, conseqüentemente, ao processo de integração transnacional. Como bem destaca CARRION *et al* (2006, p. 4):

Esta integração se dá em graus diferenciados em cada país, de acordo com a aceitação ou não por parte dos respectivos governos, o que não impede de afirmar que, a integração econômica já está em curso na maioria dos países, associada às reformas estruturais impostas pelas instituições financeiras multilaterais, porta-vozes das grandes empresas transnacionais e também das políticas convenientes dos governos nacionais. (CARRION *et al*, 2006, p. 4)

Ainda dialogando a respeito do processo de integração hegemônico da América do Sul, as autoras ressaltam o fato de que:

Na verdade, esse processo de integração da América do Sul (...) foi uma reelaboração do estudo encomendado por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda do governo

Itamar Franco, a Eliezer Batista, ex-secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor e, posteriormente, dirigente da Companhia Vale do Rio Doce (empresa brasileira, maior mineradora diversificada do continente americano que também atua nas áreas de logística e de geração de energia). Este estudo patrocinado pela CAF, concluído em 1996, apresenta a ideia de eixos de desenvolvimento; analisa as relações entre infraestrutura, comércio internacional e desenvolvimento; descreve a localização das principais riquezas naturais da América do Sul e a forma como podem ser utilizadas, através da melhoria da infraestrutura, para inserção no mundo globalizado. (CARRION *et al*, 2006, p. 4)

Com toda certeza os GPI ainda permanecerão como matriz de ações dos agentes hegemônicos, agora dedicados à integração transnacional. É a partir daí que se confundem e se tornam contraditórias a lógica capitalista e a territorial. Há evidentemente, por um lado, a capacidade de articulação destes grandes projetos na escala local, regional, nacional e transnacional; e por outro, a articulação ou, pelo menos, as iniciativas no que tange a outras possibilidades de integração, também atravessando todas as escalas, sendo estas últimas, contudo, conduzidas com maiores dificuldades.

Neste sentido, Ceceña (2009: 210) nos fala dos interesses que figuram de forma oculta no que tange ao casamento das esferas do Estado e do grande Capital; deflagrando, então, novas geografias do poder no continente sul-americano.

A própria condição da infraestrutura parece não ser o prato mais cobiçado. As grandes transnacionais têm como foco de interesse a exploração dos recursos; muito mais do que a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, represas e outros similares que são grandes negócios para os investidores locais, mas relativamente pequenos para elas. Pela maneira como se comportam os governos e as empresas, parece existir um acordo de complementaridade, do qual ambos se beneficiam e por esta razão defendem o projeto como próprio. A miscelânea de interesses vem crescendo ultimamente, em especial com a entrada de capitais estrangeiros em empresas locais, na maioria das vezes relacionada às atividades extrativas. Estas empresas se fortalecem, aumentam sua produção e, evidentemente, suas exportações; vinculam-se mais estreitamente ao mercado mundial, mas continuam figurando como empresas nacionais, quando em muitos casos seu capital é majoritariamente estrangeiro. (CECEÑA, 2009, p. 210)

Todas estas transformações que conferem as regiões e aos seus respectivos territórios novas dimensões podem ser interpretadas a partir da expressão utilizada por diversos pesquisadores, o “*regionalismo aberto*” ou o “*novo regionalismo*”. A ideia figura também na diferenciação realizada por BECKER (1999:36) a respeito das mudanças de concepção dos “polos de desenvolvimento” para os “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”. Vejamos:

Relembrando as determinantes contemporâneas do desenvolvimento e da geopolítica (...) apresentadas, é possível pensar o eixo como componente central, catalisador, de um subsistema logístico. À semelhança dos polos de crescimento, são espaços privilegiados para conectar circuitos nacionais e internacionais de informação, de mercadorias e financeiros mediante a implementação de redes. Mas diferem dos polos pelo menos em dois elementos: a) a ampla escala de sua atuação; b) a intenção de superar os efeitos concentradores dos polos, mediante a integração efetiva de todo espaço do eixo, ou seja, do subsistema logístico. (BECKER, 1999, 36)

Fica clara a influência também da proposta de desenvolvimento por eixos na concepção da IIRSA, ou seja, no propósito de integração transnacional hegemônico. Assim, CARRION *et al* (2006, p. 5) nos afirma que:

Este Regionalismo Integrador significa também um novo patamar para complementar e consolidar as reformas estruturais do continente, ampliando o papel da iniciativa privada dentro desse novo Estado Mínimo, cuja responsabilidade se limita a regular, planejar e financiar a infraestrutura e seus serviços. Responsabilizam-se também pelas iniciativas que não oferecem, de imediato, atrativos financeiros ao setor privado, até que haja a inversão desta condição. É o “Novo Regionalismo” afinado com a lógica da globalização, sendo necessário para isso que se eliminem os pontos de estrangulamento que impedem o fluxo do comércio. (CARRION *et al*, 2006, p. 5)

Grande parte da população, obviamente, encontra-se marginalizada quando se trata destes processos políticos hegemônicos. Os movimentos sociais brasileiros, que durante vinte anos, se calaram (ou melhor dizendo, foram calados) têm como trunfo, atualmente, o poder de falar e contar para a nossa sociedade e ao mundo o que realmente está acontecendo; têm em suas mãos a possibilidade de construir um novo projeto de sociedade, que seja alternativo a este que se encontra em curso.

Os desafios, porém, são árduos. O completo controle da máquina burocrática pelos agentes hegemônicos, visando o controle dos territórios e a domesticação e cooptação das resistências a partir da tecnificação do espaço ainda se apresenta como o maior obstáculo ao projeto emancipatório, posto que as relações desiguais de poder e as forças coercitivas não medem esforços para calar ou imobilizar as vozes dissidentes. É por isso mesmo que BECKER (1988, p. 104) nos alerta para o fato de que:

O espaço produzido e gerido pelo Estado é um espaço racional. É um espaço social, no sentido de que é o conjunto de ligações, conexões, comunicações, redes e circuitos. É também um espaço político, com características próprias e metas específicas. Ao caos das relações entre indivíduos, grupos, frações de classe, o Estado tende a impor uma racionalidade, a sua. São os recursos, as técnicas e a capacidade conceitual que permitem ao Estado tratar o espaço em grande escala. Ele tende a controlar os fluxos e estoques econômicos e produz uma malha de duplo controle, técnico e político, que impõe uma ordem espacial vinculada a uma prática e a uma concepção de espaço global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representadas pela tecnoestrutura estatal, contraditória à prática e concepção de espaço local de interesses privados e objetivos particulares dos agentes de produção do espaço. Cria, assim, um espaço global/fragmentado, global porque homogeneizado, facilitando a interagilidade dos lugares e dos momentos; fragmentado por que apropriado em parcelas. (BECKER, 1988, p. 104)

Diante dessas dificuldades encontradas pelas populações locais, traduzidas pela fragmentação dos territórios e denotando, também, um novo caráter ao papel da região no conjunto da economia mundial, cabe trabalhar no próximo item o potencial da geografia política, respaldada, assim, pelas geopolíticas críticas e pela antigeopolítica.

DO CONTRA-ESPAÇO À ANTIGEOPOLÍTICA: NOVAS GEOGRAFIAS DO PODER E TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO DA CRISE EPISTEMOLÓGICA, TEÓRICO-CONCEITUAL E POLÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A reconfiguração do caráter regional, a nova importância adquirida pela multiplicidade de territorialidades emergentes desejosas de justiça territorial e o papel renovado da escala na elaboração de novas (geo)políticas têm contribuído, no seu conjunto, para uma reconfiguração das geografias do poder no interior dos movimentos sociais. Nasce precisamente daí uma crise epistemológica e teórico-conceitual que se reflete nas formas de ação política dos movimentos.

Muitas questões podem ser associadas à crise teórico-conceitual dos movimentos sociais. Convém, todavia, destacar o teor dessas transformações valendo-se da experiência latino-americana. Se olharmos para o processo de integração transnacional hegemônico em curso na América do Sul e América Central, poderemos extrair algumas considerações importantes, tais como; a) a radicalização política dos movimentos sociais com a emergência de pautas alternativas como fruto da cooptação orquestrada pelo Estado junto aos próprios movimentos; b) a perda relativa de identidade dos movimentos sociais, derivada em grande parte da complexificação dos sujeitos da ação política contra-hegemônica, gerando a necessidade de ressubstancialização de seus fóruns de discussão e/ou debate; c) as contradições originadas pelo próprio processo de integração transnacional, que acaba trazendo para o território o conflito de interesses das diferentes geografias do poder; e, finalmente, d) a inexistência de uma alternativa concreta que possa suplantar o desenvolvimentismo vivido pelas principais economias da região (PRECIADO e UC, 2012, p. 82-83).

Mas a crise teórico-conceitual, na sua contrapartida, acaba por encampar novas imaginações geográficas e novos paradigmas na geografia política e na própria geografia como um todo. Como bem enfatiza MOREIRA (2006, p. 9) citado por LIMA (2013, p. 4);

É justamente essa imaginação geopolítica moderna, ancorada na escala internacional – realista e masculinista -, nascida da experiência euro-americana e projetada mundo afora desde o fim do século XV e início do XVI até o presente, que está passando pelo crivo de uma revisão epistemológica crítica, como de resto são revisados os paradigmas da geografia moderna que passa por “um grande debate crítico sobre os rumos do seu pensamento, que hoje se amplia com novas tendências”. (MOREIRA, 2006, p. 9).

As novas imaginações geográficas podem ser trazidas a tona também a partir da relação linguagem-poder. É neste sentido que PRECIADO e UC (2012, p. 79) nos alertam para o fato de que:

A geopolítica crítica contribui a pensar que todo processo social expressado espacialmente supõe levar em consideração o binômio linguagem-poder, e, com ele, o reconhecimento das diversas representações do mundo que se encontram contidas – cooptação ou omissão – nos espaços que constroem as geografias do poder dominante: principalmente as do Estado-nação. (PRECIADO e UC, 2012, p. 79)

As imaginações geográficas, as representações e a relação fundamental entre linguagem e poder apontam para construções de novos paradigmas na geografia política e também na geopolítica.

Esses novos paradigmas contribuem também no sentido de flexibilizar a relação entre espaço e poder, derivando daí um novo papel da escala geográfica – que por sua vez deixa de ser naturalizada, para agora ser concebida como uma arena política. Em outras palavras, nenhuma escala está dada *a priori*, ela mesma é problematizada e polemizada desde sua iminência de construção, perspectiva tomada ou ponto de vista inicial. Pois que sempre se apresenta como discurso, carregada de múltiplos sentidos. Nas palavras de Nogué (2006, p. 211-214) citado por Lima (2013, p. 6);

Nessa nova geografia política de elevado componente crítico, as conexões com a geografia social e cultural são evidentes e se estabelecem em boa medida através de um conceito chave, o de identidade (...). O resultado tem sido uma geografia política crítica que, como metodologia, implica uma análise até certo ponto heterodoxa dos fenômenos e fatos geopolíticos em relação a outras perspectivas [mais tradicionais]. (...) Essa geografia política crítica tenta desconstruir os discursos de poder institucionalizados e, portanto, construir novas visões políticas das relações socioespaciais (...). O desafio da nova geografia política – uma geografia política que recuperou e reconsiderou a fundo o papel da identidade, da cultura e do lugar na construção do espaço social – consiste em oferecer visões da realidade alternativas às do pensamento único dominante. (NOGUÉ, 2006, p. 211-214)

Desprende-se ainda da geopolítica crítica uma forma radicalizada de se fazer política, respaldada pelo reconhecimento do outro como uma categoria, em si mesma, político-geográfica. Esse suposto remete à constatação de que existem circuitos alternativos de ideias às representações e práticas geopolíticas hegemônicas que nos permitiriam aplicar a imaginação geográfica a movimentos dissidentes, quais sejam aqueles construtores de novas espacialidades do político (LIMA, 2013:9). Essa aplicação das imaginações geográficas aos movimentos dissidentes nos revelaria, então, as práticas antigeopolíticas. Nas palavras de Lima (2013, p. 9);

Estariamos, por conseguinte, tratando da problemática dos contraespaços e de suas possibilidades de realização em um mundo tão controverso quanto hegemonicamente regulado (...). A antigeopolítica trata da construção de contraespaços como alternativas sociopolíticas criativamente antagônicas à ordem geopolítica dominante. (LIMA, 2013, p. 9)

Mas para compreendermos o sentido do que estamos chamando de contra-espaço seria necessário, contudo, o entendimento da importância dos organismos superestruturais, além, é claro, do conceito de “bloco histórico” de Gramsci. O entendimento da superestrutura nos permite relacionar as funções formais do Estado (ou seja, da sociedade política) com as demandas da sociedade civil. O espaço, portanto, evidencia a partir desta relação todo seu caráter político e, portanto, aberto a novidade. É neste sentido que Moreira (2006, p. 83) nos convida ao entendimento de que:

A ação dos organismos superestruturais, que expressam tanto as funções formais do Estado (a sociedade política) quanto as demandas da sociedade civil, faz do arranjo do espaço um campo de correlação de forças, e do espaço um elemento de caráter essencialmente político em sua determinação sobre a organização global da sociedade. Faz também da sociedade assim espacialmente organizada um todo ao mesmo tempo de inércia e intenso movimento. Um aparente paradoxo que expressa o modo como se organizam e agem os diferentes sujeitos formadores da sociedade com seus diferentes interesses a partir de sua intervenção no espaço. (MOREIRA, 2006, p. 83)

Assim sendo, o arranjo do espaço se configura sempre a partir de uma correlação de forças, a partir de diferentes sujeitos imbricados na (des)ativação de suas respectivas territorialidades. O conflito territorial estabelecido se desenha em todas as escalas, desde a dialética do público/privado, numa escala micro, até a dialética existente entre sociedade civil e sociedade política, numa escala macro. Procurando uma definição mais precisa, Moreira (2006, p. 92) nos diz que:

Cada contra-espaço é um recorte que a contradição privado-público e sociedade-Estado crava no coração do espaço instituído como espaço da ordem, e que seus opositores declaram como o território da sua ação logística, em busca da subversão e mudança da ordem estabelecida. Espaço e contra-espaço constituem uma relação que contém toda a trama estrutural da sociedade em sua relação com o seu espaço, toda a complexa reciprocidade de determinação que entre uma e outra se estabelece num dado recorte do tempo. (MOREIRA, 2006, p. 92)

E nos reafirma sua ideia dizendo que:

Pode-se, então, falar de uma sociedade de contra-espacos, no sentido de uma estrutura societária em que o conflito se institui desde a base espacial e em que a regulação ordenatória visa territorialmente normatizar e circunscrever, com o objetivo de mantê-lo no horizonte do controle de classe possível. A forma-protótipo desse modelo societário talvez seja a sociedade burguesa: uma forma de sociedade marcada historicamente – desde os seus inícios e dado o próprio modo de sua (re)produção espacial como sociedade – pelos conflitos de territorialidades. (MOREIRA, 2006:92)

A prática antigeopolítica desafia, então, a ordem espacial instituída (no caso, a burguesa), a partir do bloco histórico como centro de gravidade da sociedade civil, de onde emanam todas as demandas dos movimentos sociais, todos os desejos de resistência, de emancipação, de autonomização diante da ordem estabelecida. É neste tocante que Moreira (2006, p. 93) finaliza seu raciocínio nos dizendo que:

O espaço é o produto dos embates da sociedade civil. Seu esquema de regulação não vem, portanto, da imposição de uma entidade abstrata. Não vem como exclusividade do Estado. Muito menos do poder econômico exclusivo de uma classe. Seu centro de gravidade é o bloco histórico, o sujeito dominante por excelência dentro da espacialidade diferencial, enquanto sujeito hegemônico de sua complexidade de escala. Por isso, o espaço nasce como infraestrutura, mas organiza-se e move-se num ato de superestrutura. (MOREIRA, 2006, p. 93)

Doravante, as geografias do poder dos movimentos sociais serão cada vez mais atravessadas, tanto epistemologicamente como teórico-conceitualmente, por esse movimento de (des)ativação dos sujeitos derivado das práticas antigeopolíticas, constituindo novas territorialidades. Sempre que confrontadas pelos processos hegemônicos transnacionais em curso no continente – vale dizer, intensificados desde a última década – as geopolíticas críticas se expressarão como medida exata de uma antipolítica.

A reestruturação dos movimentos sociais na América Latina passa, portanto, por alguns traços comuns; a saber: **a)** a base territorial; **b)** a autonomia dos movimentos; **c)** a revalorização da identidade e da cultura dos povos e dos diversos sujeitos sociais; **d)** a capacidade para formar

seus próprios intelectuais; **e)** o novo papel social das mulheres; **f)** a reorganização do trabalho; **g)** a apelação a novas formas de luta. (BORON, 2012, p. 190-191).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de & CARVALHO, Guilherme (Org.). *O Plano IIRSA na visão da sociedade civil Pan-Amazônica*. FASE/Observatório Comova/UFPA, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Campanhas de Desterritorialização na Amazônia Contemporânea*. In: CASTRO, Edna, BOLLE, Willi, VEJMEJKA, Marcel (Org.), *Amazônia: Região Universal e Teatro do Mundo*. São Paulo. Ed. Globo, 2010. Horizonte. Ed. UFMG, 2010.
- ARAGON, Luiz Eduardo & OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia no cenário sul-americano*. Ed. UFAM, 2009. Terceira parte: A Amazônia e a Integração sul-americana, p.191-234.
- BECKER, Bertha, K. *Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia*. Revista Território, ano IV, nº6, jan/jun. 1999.
- BECKER, Bertha, K. *A geografia e o resgate da geopolítica*. Revista brasileira de geografia. Rio de Janeiro, 50, nº especial. 99-125, 1988.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Integração regional dentro de uma estratégia alternativa de desenvolvimento*. In: MATTEI, Lauro (Org.). *América Latina no Limiar do século XXI: temas em debate*. Ed. Insular. 2011. p. 97-118.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington*. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro. Ed. Pão e Rosas, 2010. p.119-141.
- CARRION, Maria da Conceição & PAIM, Elisângela Soldatelli. *IIRSA: Desvendando interesses*. Núcleo Amigos da Terra. Brasil. Fevereiro de 2006.
- CARVALHO, Guilherme. *Hidrelétricas no Rio Madeira: as disputas em torno de dois mega-empresendimentos na Amazônia*. Revista Trimestral de Debate da Fase. Ano 31, nº 114, out.dez 2007. p.79-85.
- CARVALHO, Guilherme. *Os Bancos Multilaterais e o Complexo Rio Madeira: A Tentativa de Garantir o Controle dos Recursos Naturais da Amazônia para o Grande Capital*. Belém do Pará. Anablume. 2009.
- CASTRO, Edna. *Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas*. In: CASTRO, Edna (Org), *Cidades na Floresta*. São Paulo. Ed. Annablume, 2008.
- CASTRO, Edna. *Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia Contemporânea*. In: CASTRO, Edna, BOLLE, Willi, VEJMEJKA, Marcel (Org.), *Amazônia: Região Universal e Teatro do Mundo*. São Paulo. Ed. Globo, 2010.
- CECEÑA, Ana Esther. *Sujeitando o objeto de estudo, ou a subversão epistemológica como emancipação*. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). *Os desafios das emancipações em um contexto militarizado*. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2008. p.11-40
- GARCIA, Ana Saggiaro. *Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta*. In: *Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: Um Debate Necessário*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009. Instituto Rosa Luxemburg Stifung. (Org.)
- FONTES, Virginia. *O Imperialismo Brasileiro*. In: *Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: Um Debate Necessário*. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009. Instituto Rosa Luxemburg Stifung. (Org.).
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, Ed. EPSJV/UF RJ. 2010.
- HAESBAERT, Rogério da Costa. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- HAESBAERT, Rogério da Costa. *Território e região numa constelação de conceitos*. In: MENDONÇA, Francisco, LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza e SILVA, Márcia da (Org.). *Espaço e Tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico*. 2009. ANPEGE.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo. Loyola, 2005. p.131-164.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola, 2003, p.115-148.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A Mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2008, p.36-78.
- LIMA,IVALDO. *A geografia e o resgate da antigeopolítica*. Revista espaço aberto, PPGG/UFRJ, ano 3. N°2, jul/dez. 2013.
- MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade*. Bertrand Brasil, RJ, 2008. p.131-164.
- MOREIRA, Ruy. *O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa*. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. SANTOS, Milton [et al.]. Rio de Janeiro. DP&A, 2006. 2ªed.
- Ó TUATHAIL, Geróid & TOAL, Gerard. *Geopolitics*. In: *Cultural geography: a critical dictionary of key concepts*. ATKISON, David; JACKSON, Peter; SIBLEY, David e WASHBOURN, Neil. Published in 2005 by I.B Tauris &Co Ltda. New York. NY.
- PORTO-GONÇALVES, Carlo Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo. Ed. Contexto, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlo Walter. *O complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira: o caso do sudeste do Pará*. Revista Trimestral de Debate da Fase. Ano 31, n° 114, out.dez 2007. p.25-32.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Outra verdade inconveniente: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna*. In: *O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro.
- PRECIADO, Jaime & UC, Pablo. *As geografias do poder dos movimentos sociais*. In: *Movimentos sociais na era global*. GOHN, Maria da Glória & BRINGEL, Breno. Petrópolis, RJ. Vozes. 2012.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução; Maria Cecília França. Khedyr editoras. São Paulo. 2011.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica a geografia a uma geografia crítica*. São Paulo. Edusp. Capítulo 8, "O Balanço da Crise: a geografia viúva do espaço". 2008. p.109-120.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo. Edusp. Capítulo 8, "A evolução espacial como cooperação e conflito em um campo de forças". 2012. p.101-108.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro. Record, 2001.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo. Expressão popular, 2ª edição. 2010.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo Cesar da Costa & CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2007. p.77-116.
- VAINER, Carlos Bernardo & ARAÚJO, Frederico G.B. de. *Grandes Projetos hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*. Rio de Janeiro. CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). 1992.
- VITTE, Claudete de Castro Silva. *Desenvolvimento, Planejamento Territorial e Integração Transnacional: Os Antecedentes, a Gênese e a Consolidação da Iniciativa para Integração Regional Sul-americana – IIRSA*. In: ARAGÓN, Luiz Eduardo, OLIVEIRA, José Aldemir(Org.). *Amazônia no cenário Sul-Americano*. Manaus: Ed. da UFAM. 2009.